

PROJETO EDUCATIVO



2019 – 2022

Aprovado em Conselho Pedagógico em 21/11/2019
Aprovado em Conselho Geral em 02/12/2019



Uma escola humanista com resultados de qualidade

Índice

1. Introdução.....	3
2. Caracterização do Agrupamento.....	4
2.1. Ambiente Externo.....	4
2.2. Ambiente Interno.....	6
3. Diagnóstico Estratégico Específico.....	8
4. Missão, Visão e Valores.....	9
5. Plano de Ação Estratégica.....	11
5.1. Linhas de orientação estratégicas.....	11
5.2. Áreas Estratégicas.....	11
6. Divulgação.....	16
7. Monitorização e Avaliação.....	16

1. Introdução

O Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa (AEPROSA), criado e homologado em 24 de abril de 2013, foi o resultado da integração de dois agrupamentos verticais (AV) – AV Dr. José Neves Júnior e AV Poeta Emiliano da Costa – e de uma escola secundária (ES) – ES Pinheiro e Rosa. É constituído por nove escolas de diferentes níveis e ciclos de ensino: Escola Básica da Bordeira, Escola Básica da Conceição, Escola Básica de Estoi, Escola Básica da Lejana, Escola Básica de Santa Bárbara de Nexe, Escola Básica N.º 5 de Faro, Escola Básica Dr. José Neves Júnior, Escola Básica Poeta Emiliano da Costa e Escola Secundária Pinheiro e Rosa (sede do agrupamento).

O Agrupamento tem um histórico de inovação, inclusivamente prévio à sua constituição, designadamente introdução de turmas do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criação de ofertas formativas diferenciadas e trabalho para comunidades de culturas divergentes, implementação de pares pedagógicos, Projeto Comenius e Erasmus+, Contrato de Autonomia, parcerias e protocolos com organizações da comunidade, ao mesmo tempo que está centrado nos resultados académicos individuais dos alunos (resultados elevados quer nos *rankings* de resultados de exames nacionais quer nos Percursos Diretos de Sucesso (1.º a nível do Algarve e 34.º a nível nacional em 2017/2018)).

No ano letivo de 2017/2018, integrou o grupo de escolas piloto do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular. Das principais medidas então implementadas, manteve-se a aposta no trabalho interdisciplinar, baseado em trabalho de projeto, na articulação disciplinar e sua ligação às questões das sociedades contemporâneas, e nas dinâmicas de avaliação das aprendizagens centradas na diversificação dos instrumentos utilizados.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 54/2018 e do Decreto-Lei n.º 55/2018, ambos de 6 de julho, surge uma janela de oportunidade para se aprofundar o trabalho desenvolvido e criar as condições para a definição de um projeto de agrupamento capaz de responder melhor às necessidades da comunidade educativa.

O Projeto Educativo do AEPROSA é, pois, um documento estratégico, orientador da ação educativa do agrupamento que, no quadro da sua autonomia, traduz as opções de política educativa para o próximo triénio, constituindo-se simultaneamente como um instrumento operatório para os profissionais que nele trabalham e um guia informativo para pais, alunos e comunidade em geral sobre as suas opções escolares e profissionais.

2. Caracterização do Agrupamento

2.1. Ambiente Externo

Para realizar esta análise, foi utilizada a metodologia PEST (Política, Económica, Social e Tecnológica), enquadrando essas quatro dimensões nos fatores externos.

O Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa localiza-se em Faro, capital de distrito e de concelho. Com uma população de 64 560 habitantes, o concelho possui 202,5 km² e subdivide-se em quatro freguesias: União de Freguesias de Faro (Sé e São Pedro), União de Freguesias de Conceição e Estoi, Santa Bárbara de Nexe e Montenegro.

O concelho de Faro é delimitado a norte e oeste pelo concelho de São Brás de Alportel, a este pelo concelho de Olhão, a oeste pelo concelho de Loulé e a sul pela Ria Formosa, um sistema lagunar de 19 km de comprimento, cujas ilhas-barreira comunicam com o mar através de seis barras marítimas.



Ilustração 1 – Mapas do Concelho de Faro

Com a retoma económica, o concelho tem registado uma evolução positiva do crescimento populacional, atraindo tanto nacionais como imigrantes que têm contribuído para a renovação demográfica, oriundos sobretudo dos países do leste europeu, Brasil e, mais recentemente, dos países do Magrebe, Venezuela e países asiáticos (Bangladesh, Paquistão, Índia e Nepal).

A nível do desenvolvimento económico e social, o concelho registou também uma evolução significativa, ocupando a 8.ª posição a nível nacional no estudo da Bloom Consulting Portugal City Brand Ranking 2019¹. Neste mesmo ranking, a cidade de Faro ocupa a primeira posição na performance regional (1.º em Negócios, 3.º em Visitar e 1.º em Viver).

Devido ao seu papel central como capital regional, Faro dispõe de infraestruturas e serviços públicos importantes para a região. Como sede de distrito, a cidade concentra os serviços públicos regionais, estando dotada dos principais equipamentos da região, nomeadamente ao nível da saúde, educação, cultura, segurança social e justiça. O interior do concelho é servido por uma rede de transportes urbanos que, através dos circuitos de *minibus* ou através de carreiras urbanas, o ligam a todo o Algarve.

A maior parte da população ativa desenvolve atividades no setor terciário, designadamente no comércio, serviços e administração pública. A atividade industrial, construção e atividade piscatória têm ainda alguma expressão.

Nas freguesias rurais, a agricultura é uma das atividades económicas predominantes, a par de outras decorrentes do crescente desenvolvimento dos serviços, comércio, construção civil e atividades ligadas ao turismo. Nas duas últimas décadas, essas freguesias, têm-se tornado zonas dormitório para muitos residentes que trabalham no comércio e serviços instalados nas zonas litorais do concelho de Faro e limítrofes. De igual forma, são muitos os cidadãos de nacionalidade estrangeira que procuram estas freguesias para segunda habitação ou mesmo para se radicarem, tornando-se assim parte integrante do tecido social local.

¹ <https://www.bloom-consulting.com/pt/bloom-consulting-portugal-city-brand-rankingindex.html#/?municipality=124>. Avalia a *performance* e atratividade da marca dos 308 municípios portugueses, analisando os negócios, o turismo e as condições de vida.

2.2. Ambiente Interno

O agrupamento serve uma população bastante heterogénea, constituindo um permanente desafio à sua capacidade de adaptação. Muitas famílias dos alunos que o frequentam auferem rendimentos baixos. Os problemas socioeconómicos refletem-se nas vivências e experiências dos alunos, assim como nas necessidades básicas, como a alimentação e a saúde.

Escola	Total de alunos	% de alunos com ASE
Escola Básica da Conceição	213	59,15
Escola Básica da Lejana	365	52,60
Escola Básica da Bordeira	73	49,32
Escola Básica de Estoi	121	76,03
Escola Básica de Santa Bárbara de Nexe	84	78,57
Escola Básica n.º 5 de Faro	252	38,49
Escola Básica Dr. José Neves Júnior, Faro	484	44,63
Escola Básica Poeta Emiliano da Costa, Estoi	316	64,87
Escola Secundária Pinheiro e Rosa, Faro	578	61,07
Total AEPROSA	2486	55,63

Tabela 1 – Percentagem de alunos que, em 2018/19, usufruíram de Ação Social Escolar.

As escolas do agrupamento dispõem de salas de trabalho para os educadores/professores, refeitório e espaços exteriores com campos de jogos; algumas estão também dotadas de salas de atendimento e biblioteca. Nas escolas de 2.º e 3.º ciclo e na secundária existem ainda salas de diretores de turma e diretores de curso, salas de atendimento de encarregados de educação, salas de trabalho e de reuniões e salas da direção para trabalho, reuniões e atendimento. Em relação aos serviços, estas escolas dispõem de biblioteca, reprografia, papelaria, bufete, refeitório e serviços administrativos. Para o apoio aos alunos, além do Serviço de Ação Social Escolar (SASE), existem o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO), o Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA), os Centros de Apoio à Aprendizagem (CAA) e a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI).

O agrupamento tem estabelecido diversas parcerias e protocolos com empresas, instituições e organizações não governamentais (ONG), destacando-se a Universidade do Algarve, a Câmara Municipal de Faro, a Cruz Vermelha Portuguesa, o Teatro Municipal, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Faro (CPCJ), entre outras.

A oferta formativa do agrupamento é constituída por educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário. No ensino básico, além das turmas do ensino regular, há turmas de outras ofertas formativas (PIEF, CEF). No ensino secundário, além dos cursos Científico-Humanísticos, a oferta formativa estende-se a cursos profissionais abrangendo várias áreas.

No início do ano letivo de 2018/2019, exerciam funções no agrupamento 265 docentes, dos quais 181 eram do Quadro de Agrupamento (QA), 25 eram do Quadro de Zona Pedagógica (QZP) e 59 eram contratados.

A maioria dos docentes (84%) tem mais de 10 anos de serviço, número que ultrapassa a média nacional. As idades situam-se maioritariamente entre os 40 – 49 anos (39%) e os 50 – 59 anos (38%). A maioria pertence ao género feminino (83%).

O corpo não docente é constituído por 116 elementos, dos quais 27 são assistentes técnicos (incluindo 9 animadores) e 86 são assistentes operacionais. Destes trabalhadores, 90% são do género feminino. As idades predominantes situam-se entre os 50 – 59 anos (41%). Há ainda 4 técnicos superiores (2 psicólogos escolares e 2 técnicas de intervenção local).

No início do ano letivo de 2019/2020, o Agrupamento era constituído por 2451 alunos: 205 do Pré-Escolar (8,36%), 852 do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) (34,76%), 415 do 2.º CEB (16,93%), 482 do 3.º CEB (19,67%) e 497 do Ensino Secundário (ES) (20,28%).

A percentagem de alunos de nacionalidade estrangeira era de 11,91% (292 alunos).

No que se refere ao ensino não regular, o agrupamento é frequentado por 3,34% dos alunos do 2.º CEB (PIEF) e 9,13% do 3.º CEB (PIEF e CEF). No ensino secundário, 52,72% dos alunos frequentam cursos profissionais.

3. Diagnóstico Estratégico Específico

Para realizar este diagnóstico, foi utilizada a metodologia SWOT (análise de pontos fortes, fragilidades, oportunidades e ameaças/constrangimentos).

PONTOS FORTES	FRAGILIDADES
<ul style="list-style-type: none">● Diversificação da oferta educativa, como fator de prevenção de insucesso e abandono escolar;● Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como ferramentas de aprendizagem e divulgação da informação;● Articulação com entidades externas e projetos para promoção de atividades de desenvolvimento curricular (aprendizagens essenciais);● Existência de múltiplos projetos em contexto local e internacional;● Realização de atividades de articulação entre escolas e ciclos;● Existência de parcerias e protocolos com diferentes entidades, públicas e privadas;● Integração de alunos com diferentes culturas e nacionalidades;● Envolvimento dos alunos nas atividades curriculares e extracurriculares;● Motivação dos recursos humanos (docentes e não docentes).	<ul style="list-style-type: none">● Resultados escolares das escolas da zona rural;● Dispersão geográfica das escolas do agrupamento;● Caducidade do parque informático;● Dificuldade na integração de alunos oriundos de culturas divergentes;● Deficientes condições físicas de trabalho.

OPORTUNIDADES	CONSTRANGIMENTOS
<ul style="list-style-type: none"> ● Implementação do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, do Decreto-Lei n.º 55/2018 e da Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro que altera e republica o Decreto-Lei n.º 54/2018; ● Articulação com outros agrupamentos da cidade; ● Implementação de novas parcerias com a comunidade de forma a dinamizar projetos que respondam às necessidades e interesses do agrupamento; ● Reconhecimento pela comunidade da qualidade do ensino ministrado; ● Promoção da equidade no acesso à Cultura; ● Interligação das atividades do Programa Cultural de Escola (PCE) com o currículo formal (aprendizagens essenciais); ● Estreitamento e consolidação de parcerias com as entidades artísticas e culturais da comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Baixo nível socioeconómico e cultural das famílias da zona rural; ● Constante alteração dos normativos legais; ● Falta de horas para o desempenho de projetos pedagógicos e gestão escolar; ● Falta de técnicos especializados (psicólogos, assistentes sociais, terapeutas, animadores socioculturais, etc.); ● Falta de docentes; ● Falta de assistentes operacionais; ● Deficiente rede de transportes; ● Excesso de tarefas burocráticas decorrentes da legislação em vigor.

4. Missão, Visão e Valores

O Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa tem por missão oferecer à comunidade um serviço educativo de qualidade, garantindo um ambiente participativo e cooperativo, aberto e integrador, numa escola comprometida com os desafios colocados pela legislação em vigor, designadamente o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, o Decreto-Lei n.º 54/2018, o Decreto-Lei n.º 55/2018 e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2019, de 21 de fevereiro.

Assim, a missão deste agrupamento centra-se no contributo que deverá dar para a construção de uma sociedade mais justa, socialmente responsável, democrática e feliz.

Esse contributo, que visa a qualificação individual e a cidadania democrática, traduz-se na apropriação efetiva de conhecimentos, capacidades e atitudes, desenvolvendo as competências que permitam aos alunos deste agrupamento de escolas prosseguir, com sucesso, a sua formação académica, de nível superior ou não, ou a sua entrada no mercado de trabalho.

A globalização contrai o tempo e o espaço, pelo que estes alunos serão já de uma geração de cidadãos do mundo, e isso requer aprendizagem por se tratar de uma área de desenvolvimento humano. Assim, compete à escola, em sentido lato, e a este agrupamento em particular, a responsabilidade de garantir um conhecimento sólido e de desenvolver as competências e os valores que preparam os jovens e as crianças de hoje para interagir social e profissionalmente de forma adequada, isto é, tirando vantagens e benefícios próprios enquanto contribuem para uma sociedade progressivamente melhor.

Pretende-se, de facto, promover a formação de cidadãos autónomos, adaptáveis, com sentido crítico e atitudes de cidadania. Este caminho será percorrido numa conjugação permanente de valores que primam pela qualidade do ambiente interno e também das relações externas, exigência e reconhecimento, integração e respeito pelas diferenças, responsabilidade e humanismo.

Este deverá ser o perfil de cidadão que o país e o mundo precisam para enfrentar uma sociedade global em permanente mudança económica, social e de valores.

A Visão e os Valores preconizados neste Projeto Educativo devem ser partilhados e implementados por toda a comunidade escolar.

5. Plano de Ação Estratégica

5.1. Linhas de orientação estratégicas

A partir dos dados da avaliação interna e externa e das opiniões e propostas resultantes da reflexão conjunta e de entrevistas, foi possível definir as áreas estratégicas, os objetivos e as estratégias de intervenção que constam dos quadros seguintes. As metas que o agrupamento se propõe atingir estão organizadas em função das áreas e objetivos estratégicos enunciados.

5.2. Áreas Estratégicas

Foram identificadas três áreas de intervenção:

- A. Sucesso Educativo**
- B. Gestão e Organização Escolar**
- C. Cultura de Escola e Clima Educativo**

A. Sucesso Educativo

Inclui estratégias com reflexo nos resultados escolares, no absentismo e na saída precoce do sistema educativo assim como o impacto do agrupamento no prosseguimento de estudos. Integra resultados dos diferentes percursos escolares assim bem os decorrentes das medidas de inclusão.

Objetivos	Estratégias/Ações	Metas
A1.1. Melhorar os resultados académicos no Ensino Básico.	Implementação de práticas pedagógicas inovadoras e diversificadas.	Aproximar, em quatro anos, a percentagem de alunos do agrupamento que concluem o 1.º ciclo (81%) à percentagem nacional (85%) ⁽¹⁾ .
	Implementação de medidas diversificadas de promoção do sucesso.	Aumentar para 90% a percentagem de alunos do agrupamento que concluem o 2.º ciclo em dois anos, mantendo-a superior à percentagem nacional

Objetivos	Estratégias/Ações	Metas
		(88%) ⁽¹⁾ .
	Reforço do trabalho das equipas pedagógicas por disciplina, por turma, por ano de escolaridade e por ciclo, a fim de se articular e harmonizar metodologias, critérios, modalidades e instrumentos de avaliação e aferição de processos e resultados.	Aproximar a percentagem de alunos do agrupamento que concluem o 3.º ciclo em três anos (38%) à percentagem nacional (40%) ⁽¹⁾ .
A2. Melhorar os resultados académicos no Ensino Secundário (Cursos Científico-Humanísticos).		Aumentar para 75%, a percentagem de alunos que concluem o ensino secundário em três anos, num percurso de aproximação à nacional (82,1%) ⁽²⁾ .
A3.1. Melhorar os resultados académicos no Ensino Secundário (Cursos Profissionais).	Criação/adesão a projetos promotores das diversas literacias.	Aumentar para 40% a percentagem de alunos que concluem o ensino profissional em três anos, apresentando uma tendência de aproximação à nacional (62%) ⁽¹⁾ .
A3.2. Melhorar os resultados académicos de outras ofertas formativas (PCA, CEF).	Promoção de parcerias com entidades locais para aprofundamento do currículo.	Atingir a percentagem de 70% de alunos que concluem o seu percurso no número de anos previsto.
A3.3. Melhorar os resultados académicos de outras ofertas formativas (PIEF)		Atingir a percentagem de 45% de alunos de PCA/CEF que concluem o seu percurso no número de anos previsto.
A4. Premiar os resultados escolares dos melhores alunos.	Promoção de atitudes exemplares de desenvolvimento de capacidades e superação das dificuldades, e de iniciativas ou ações exemplares no âmbito da solidariedade social.	Aumentar para 10% a percentagem de alunos distinguidos com o Prémio de Excelência atribuído anualmente, por ciclo.
A5. Valorizar atitudes que promovam a cidadania.		Aumentar para 3% a percentagem de alunos distinguidos com o Prémio de Valor atribuído anualmente.
A6. Promover o ingresso dos alunos no ensino superior	Participação/implementação de atividades de sensibilização para continuação de estudos pós-secundário. Articulação com instituições do ensino superior da região.	Consolidar a percentagem de 90% de alunos que ingressam no ensino superior após candidatura.

Notas:

(1) Dados de referência de 2016/2017 (últimos dados constantes em <http://infoescolas.mec.pt/> e consultados em 13 de novembro de 2019).

(2) Dados incluídos no relatório anual do progresso do Contrato de Autonomia de 2018/2019.

B. Gestão e Organização Escolar

Neste domínio, define-se o modo como o agrupamento se organiza e gere os seus recursos. Compreende ações com incidência na melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, no funcionamento das estruturas e serviços, na rentabilização de recursos e promoção de parcerias, na formação e exercício da função docente e na articulação interdisciplinar e entre ciclos e níveis de ensinos.

Objetivos	Estratégias	Metas
B1. Melhorar os processos de articulação curricular horizontal e vertical e as práticas interdisciplinares.	Implementação de projetos/ atividades interdisciplinares de turma (articulação horizontal).	Planificar anualmente um projeto de articulação curricular por turma.
	Implementação de projetos/ atividades de articulação horizontal.	Planificar anualmente pelo menos uma atividade/projeto de articulação curricular vertical por área disciplinar.
	Planeamento de reuniões interciclos (articulação vertical).	Realizar uma reunião anual entre professores de 4.º e 5.º ano.
Realizar uma reunião anual de departamento para planificação interciclos.		
B2. Diversificar a oferta educativa e curricular.	Promoção de equilíbrio na oferta formativa de ensino secundário.	Alcançar, no mínimo, 40% de turmas de cursos profissionais.
	Promoção de uma oferta formativa de ensino secundário adequada à comunidade.	Criar cursos profissionais em áreas como saúde, informática, atividades de turismo, de lazer e desportivas, segurança e proteção de pessoas e bens.
B3. Promover práticas de organização e gestão do currículo e da aprendizagem para uma educação inclusiva.	Criação, sempre que possível, de turmas de Português Língua Não Materna (PLNM).	Atribuir apoio a PLNM a todos os alunos do agrupamento.
	Implementação, no GAA, de valências diversas, nomeadamente para alunos estrangeiros e desportistas.	Implementar um sistema de acolhimento e acompanhamento de alunos estrangeiros e/ou desportistas.
	Aplicação das medidas previstas no DL n.º 54/2018, de 6 de julho.	<i>Ver metas e indicadores definidos pela EMAEI (e ME).</i>
	Orientação escolar e profissional.	Implementar, pelo SPO, um programa de orientação escolar e profissional para o 9.º e o 12.º ano.
B4. Implementar uma cultura de trabalho colaborativo.	Criação de condições para o trabalho colaborativo entre docentes.	Estabelecer, nos horários dos docentes, uma hora para trabalho colaborativo.

Objetivos	Estratégias	Metas
B5. Implementar mecanismos de regulação das práticas pedagógicas.	Envolvimento de alunos, pais/encarregados de educação (EE) e pessoal não docente na definição de objetivos, implementação de atividades e avaliação das mesmas.	Implementar um fórum de discussão com EE por ciclo/escola/ano letivo.
		Reunir com Associações de Pais e Associação de Estudantes, no mínimo duas vezes por ano.
B6. Capacitar o pessoal docente de formação adequada.	Atualização do plano plurianual de formação, de acordo com as necessidades pessoais e profissionais dos docentes e do agrupamento.	Identificar anualmente as necessidades específicas de formação (por docente e por departamento).
		Realizar, por ano letivo, duas ações de formação para pessoal docente, propostas pelo agrupamento.
B7. Capacitar o pessoal não docente de formação adequada.	Atualização do plano plurianual de formação de acordo com as necessidades pessoais e profissionais dos não docentes e do agrupamento.	Identificar anualmente as necessidades específicas de formação (por não docente e por setor).
		Realizar, por ano letivo, duas ações de formação para pessoal não docente, propostas pelo agrupamento.
B8. Promover a participação ativa dos alunos no planeamento e desenvolvimento das atividades curriculares.	Participação ativa dos delegados e subdelegados de turma no conselho de turma.	Realizar, por ano letivo, uma atividade por conselho de turma com participação dos alunos na sua implementação.
B9. Valorizar a dimensão lúdica das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF).	Promoção de parcerias com Associações de Pais e sociedade civil.	Criar uma oferta com forte dimensão lúdica nas AEC e AAAF.

C. Cultura de Escola e Clima Educativo

Neste domínio, incluem-se ações que fomentem o desenvolvimento pessoal e o bem-estar dos membros da comunidade e a promoção da participação na vida da escola e da comunidade, que estimulem a disciplina, a segurança, o respeito mútuo, as relações entre os diferentes membros da comunidade escolar, que valorizem o sucessos dos alunos e, outras visando a melhoria de condições de trabalho dos vários agentes educativos.

Objetivos	Estratégias	Metas
C1. Promover o desenvolvimento pessoal e do bem-estar da comunidade educativa.	Criação, pelo SPO, de conteúdos digitais sobre temáticas/efemérides de relevância para o bem-estar da comunidade educativa.	Publicar, nas redes sociais do agrupamento, pelo menos nove conteúdos por ano letivo. Publicar, no mínimo, três cartazes/folhetos por ano letivo.
	Implementação, pelo SPO, de ações para alunos, de sensibilização para a parentalidade responsável.	Prevenir a gravidez na adolescência. Abranger 100% dos alunos do 8.º ano (grupo-alvo) em cada ano letivo.
	Ações, para alunos, de sensibilização para a importância da prática de atividade física.	Promover a saúde mental e física, abrangendo, em cada ano letivo, 25% dos alunos de 2.º ciclo (público-alvo).
	Promoção, pelo SPO, de Ações de Curta Duração (ACD) para docentes sobre temas relevantes no âmbito da psicopedagogia.	Realizar, por ano letivo, uma ACD com a participação de, pelo menos, 18 docentes.
	Apoio ao bem-estar dos membros da comunidade educativa.	Atender e, se necessário, reencaminhar 75% dos pedidos de apoio dos membros da comunidade educativa.
	C2. Participar na vida da Escola/Meio (Cidadania).	Dinamização de Assembleias de Turma.
Dinamização da Assembleia de Delegados e Subdelegados.		Organizar três Assembleias de Delegados e Subdelegados dos 2.º e 3.º ciclos, por ano/escola.
Promoção do Orçamento Participativo (OP).		Organizar cinco projetos de OP por ano letivo, por escola (3.º ciclo e secundário).
Apoio à Associação de Estudantes (ESPR).		Criar condições para a organização de três atividades por ano dinamizadas pela Associação de Estudantes.
Promoção de ações de solidariedade.		Participar ou organizar (n)uma ação por ano letivo em cada escola.
C3. Valorizar a disciplina e cumprir regras.	Aplicação célere e eficaz de medidas disciplinares.	Reduzir anualmente a taxa de ocorrências em que foram aplicadas medidas disciplinares sancionatórias.
C4. Assumir responsabilidades.	Promoção de uma cultura de responsabilização entre a comunidade educativa. Atribuição de tutorias para alunos em risco de excesso de faltas. Comunicação célere e eficaz entre	Reduzir, por ciclo/nível de ensino, para menos de 2%, a taxa de alunos retidos por faltas.

Objetivos	Estratégias	Metas
	a escola e a família.	
C5. Melhorar o grau de satisfação da comunidade educativa.	Promoção de canais de comunicação bidirecionais com a comunidade educativa e seus representantes (Associação de Estudantes, Associações de EE, delegados de turma, representantes de EE...).	Reduzir para menos de 15% a atribuição da menção “Insuficiente” nos vários domínios do questionário de autoavaliação.
C6. Valorizar o sucesso dos alunos.	Valorização dos resultados escolares.	Organizar uma ação de reconhecimento público por ano letivo.
	Valorização dos resultados sociais.	Organizar uma ação de reconhecimento público por ano letivo.
C7. Contribuir para o desenvolvimento da comunidade envolvente.	Promoção da participação da escola em iniciativas locais, nacionais e internacionais.	Participar em duas ações por ano letivo em cada escola.

6. Divulgação

O presente Projeto Educativo, após aprovação pelos órgãos competentes, deverá ser divulgado a todos os membros da comunidade educativa. Ficará, igualmente, disponível para consulta permanente: em suporte de papel nas Bibliotecas do Agrupamento, Serviços Administrativos, Associações de Pais e Associação de Estudantes; e editado em formato digital, na página de internet do Agrupamento.

7. Monitorização e Avaliação

A monitorização e a autoavaliação têm como objetivo analisar e descrever o estado atual do sistema, apoiando as decisões sobre esse diagnóstico, e medir os níveis de concretização dos objetivos do Projeto Educativo na organização escolar.

Compete à equipa de autoavaliação definir um modelo de trabalho que vá ao encontro do requerido pela legislação e verificar o desenvolvimento do PE através da monitorização periódica dos indicadores e grau de consecução das metas definidas. Essa informação permitirá aos órgãos de gestão tomar decisões fundamentadas e

garantirá a transparência sobre os processos em desenvolvimento, proporcionando uma reflexão sobre esses mesmos processos, de modo a alertar os agentes da comunidade educativa para a relevância das suas ações na implementação do PE.

Este processo deve ser sensível ao contexto da organização escolar e orientar-se pelas prioridades constantes nos seus documentos estruturantes, tendo em conta os recursos disponíveis.

Os relatórios anuais de avaliação intermédia e o relatório final são submetidos à análise e apreciação do Conselho Geral. São também enviados ao Conselho Pedagógico e por este órgão analisados, com vista à deteção de constrangimentos e, em caso de necessidade, à elaboração de propostas de reformulação a serem aprovadas pelo Conselho Geral.